

Carta ao leitor

São Carlos, janeiro de 2018.

Caros leitores,

É com satisfação que apresento a primeira edição da REVEDUC - Revista Eletrônica de Educação da Universidade Federal de São Carlos de 2018, materializada no número 1, do volume 12, composta por 16 Artigos Científicos de pesquisadores brasileiros e internacionais, dois Relatos de Experiências, um Ensaio e uma Entrevista.

A produção nacional deste número aborda um conjunto de temáticas que, em alguns casos, se entrelaçam: discursos contemplando a teoria do professor reflexivo e a produção do discurso pedagógico em sala de aula; a educação em direitos humanos e a educação como melhoramento racial institucionalizada na Constituição de 1934; o tema avaliação, que perpassa dois artigos e um relato de experiência, discute o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes no curso de Pedagogia e as práticas avaliativas nos anos iniciais e a meta-avaliação de uma disciplina da pós-graduação; aspectos políticos da educação com a lógica privada na educação pública e a gestão e financiamento da Educação em um Estado brasileiro; crianças e adolescentes são objeto de estudo de dois artigos, um traduzido em falas, afetos, sons e ruídos e outro a partir das estratégias das famílias populares de apoio à escolarização; a prática pedagógica é tratada em dois artigos: geometria no contexto da inclusão e educação ambiental. O artigo internacional discute a pesquisa e a prática da aprendizagem combinada no Ensino Superior no Canadá.

Os autores são de instituições de três regiões brasileiras (Nordeste, Sudeste e Sul) e do Canadá. A diversidade de lugares reflete-se na riqueza de temáticas deste número, que têm sido contempladas pelo escopo da REVEDUC.

Abrindo esse número, contamos com a contribuição de Silvia Helena Pienta Barbosa e Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes, da Universidade Federal de São Carlos, com o artigo “A teoria do Professor Reflexivo na formação continuada de professores: discurso vazio de conteúdo”. As autoras perceberam que tal teoria está presente muito mais no discurso do que nas práticas e ações em formação continuada de professores. Concluíram que o uso atual dessa teoria está vinculado à política educacional neoliberal e não tem contribuído para a emancipação e a formação crítica dos professores. O artigo de cunho bibliográfico “A produção do discurso pedagógico numa perspectiva dialógica” de autoria de Silvia de Siqueira e Letícia Rammalho Brittes, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Farroupilha, RS, discute aspectos da retórica clássica e a sua influência na produção do discurso pedagógico. As autoras abordam as contribuições da teoria discursiva de Bakhtin para a produção do discurso pedagógico dos professores na contemporaneidade.

Dois artigos tratam de política educacional. Em “Lógica privada na educação pública, redes globais e a formação de professores” Maria Raquel Caetano, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense, Charqueada, RS, analisa como ocorre a concepção gerencial mercantil da gestão da educação e da escola pública na proposta do programa Ensina Brasil da rede global *Teach for All*, que opera em 40 países e nos cinco continentes. Analisou as consequências dessa ação para

a formação de professores. O estudo revela um programa de formação aligeirada, a precarização do trabalho docente, que se utiliza da lógica mercantil, alterando assim o contexto de educação pública, da gestão democrática e da formação de professores. O artigo “Gestão, financiamento e (des)valorização da educação em Alagoas (2007-2009)”, de Jailton de Souza Lira da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL e de Jorge Fernando Hermida, da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, discutem, na perspectiva de referenciais do materialismo histórico-dialético, as consequências em duas gestões, consecutivas, do governo Vilela Filho no Estado. Gestão marcada por políticas de natureza neoliberal, segundo os autores, tiveram consequências na qualidade do ensino, no modelo de gestão e financiamento, na formação e valorização de profissionais da educação e refletiram nas condições de trabalho desses profissionais. O estudo concluiu que as políticas implementadas foram na contramão das políticas aprovadas pelo Governo Federal no período.

A educação em direitos humanos perpassa três artigos. O artigo “Educação em direitos humanos: uma revisão da literatura” de Lauriston de Araújo Carvalho, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, apresenta a revisão da literatura sistemática de artigos científicos nacionais e internacionais sobre educação em direitos humanos no período de 2011 a 2015. Tal revisão indica a predominância de publicações na área da Educação e em Saúde. Constatou que a Psicologia apresenta-se como a área mais solicitada para publicação e que os estudos de cunho teórico prevalecem em relação aos empíricos. Identificou 12 categorias temáticas nos estudos nacionais: educação em direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; diversidade sexual; segurança pública/justiça; violência; cidadania; saúde; a questão racial; democracia; direitos da criança e do adolescente; o contexto rural e a questão indígena. E cinco nos estudos internacionais: democracia; educação em direitos humanos; direitos sexuais e reprodutivos; sistema prisional; questão indígena. Percebeu com a pesquisa que a democracia, direitos da criança e do adolescente, o contexto rural e a questão indígena, são áreas de maior carência de estudos. Uma das temáticas apontadas como carente de estudos é debatida no artigo “A educação em direitos humanos na Educação Infantil: formação de sujeitos de direitos” de Aline Soares Storch de Araujo e Maria Lúcia Miranda Afonso, do Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG. A partir de revisão bibliográfica, as autoras discutem que a educação em direitos humanos, a despeito de compor vários documentos, programas e políticas públicas nacionais e internacionais, ainda não faz parte da prática de muitas escolas, principalmente de Educação Infantil. As autoras defendem que reflexões a respeito devem ser acompanhadas de discussões sobre as concepções docentes acerca dos direitos humanos e da infância e consideram importante ser abordada na formação específica para o professor. O artigo “A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da Constituição de 1934” de Simone Rocha, da Universidade do Contestado, Curitiba, SC, lembra-nos que historicamente as leis são criadas visando atender às necessidades de um determinado local e tempo, levando em consideração aspectos culturais, ideológicos e políticos sobre os quais atuam e discute que os parlamentares da época, na contramão da educação em direitos humanos, pretendiam fomentar o estímulo a uma “educação eugênica”, através de medidas legislativas e administrativas relacionadas à higiene social buscando o “melhoramento” racial, apenas com o objetivo de estimular as boas estirpes dos “bem nascidos”.

Três artigos perpassam pela temática da avaliação. O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes é discutido por Marcus Vinícius Cesso da Silva e Renato Ribeiro Nogueira Ferraz, da Universidade Nove de Julho, em São Paulo, como uma ferramenta de avaliação do desempenho discente no artigo “Aplicação do ENADE como ferramenta para avaliação do desempenho discente em um curso de Pedagogia”. Apresenta uma análise documental em que foram utilizados os últimos relatórios disponibilizados pelo INEP. A análise permitiu à Instituição de Ensino Superior fazer uma análise do desempenho discente e contribuiu para o próprio processo de avaliação institucional. Tal estudo contribuiu para beneficiar alunos e gerar melhores indicadores de qualidade do curso. O artigo “Dos discursos aos sentidos: as práticas avaliativas de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental” de autoria de Priscila Maria Vieira dos Santos Magalhães, Crislainy de Lira Gonçalves, Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida, da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE e de Solange Alves de Oliveira Mendes da Universidade de Brasília, DF, analisam os sentidos de avaliação permeados nas práticas avaliativas de professores dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Caruaru. Por meio de entrevistas, analisadas através da análise do discurso, puderam compreender a polissemia discursiva inscrita na multiplicidade de sentidos acerca de avaliação da aprendizagem. As práticas identificadas ora aproximam-se de uma concepção de avaliação formativa, ora distanciam-se dessa perspectiva e apontam para práticas avaliativas híbridas. De certo modo a avaliação está presente no artigo “Os egressos do Programa Ciência sem Fronteiras pela percepção dos seus professores” de autoria de Paulo Roberto Sehnem e José Marcelo Freitas de Luna, da Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC. Alinhados com a defesa de que internacionalização demanda avaliação, eles tomaram o programa CsF como objeto de investigação por se tratar da maior iniciativa do governo federal de mobilidade em nível de graduação do Brasil. Avaliam se as motivações que levam os alunos a buscarem a mobilização se materializaram ao final de tal experiência. Oito professores do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina participaram da investigação. O estudo apontou que o período de mobilidade estudantil permitiu a obtenção de contributos acadêmico, sociocultural, linguístico, profissional e pessoal e que há relação direta entre a obtenção dos contributos e as habilidades de competência comunicativa intercultural.

Crianças e adolescentes são o contexto para dois artigos. “Falas, afetos, sons e ruídos: as crianças e suas formas de habitar e participar do espaço escolar” de Lúcia Rabello de Castro, Carina Borgatti Moura, Isa Kaplan Vieira e Juliana Siqueira de Lara, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, analisam expressões que traduzem formas com que as crianças habitam e participam do espaço escolar. A pesquisa foi realizada em onze escolas públicas e envolveu mais de 400 alunos e alunas do Ensino Fundamental e Médio. As autoras nomearam as categorias: queixumes, passividade e rompantes imaginários e analisaram como as ações de alunos e alunas podem ser lidas como uma importante expressão do que pensam e sentem acerca do processo de transmissão e construir sentidos coletivos para a posição singular do estudante frente ao adulto. No artigo “Estratégias das famílias populares de apoio à escolarização” Haller Elinar Stach Schünemann e Cristina Zukowski-Tavares, do Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo, buscaram identificar a existência ou não de ações educativas diferentes por parte dos pais em função do desempenho escolar dos filhos. Observaram que não existem diferenças significativas nos aspectos: supervisão das

atividades escolares, valorização da escolaridade e prioridade às tarefas escolares. Concluíram ainda que o bom ou mau desempenho dos escolares não reflete o interesse familiar no sucesso escolar dos filhos.

“O professor de Biologia enquanto “sujeito ecológico”: conhecimentos, valores e participação política na prática docente” de Daniela Bertolucci de Campos e Rosa Maria Feiteiro Cavalari, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp de Rio Claro, SP, analisa a prática pedagógica do professor de Biologia do ensino público sob aspecto das dimensões que caracterizam o processo educativo em Educação Ambiental: dimensão dos conhecimentos, dos valores éticos e estéticos e dimensão política. O estudo revelou estreita relação entre o grau de aproximação do professor em relação às características que compõem o sujeito ecológico e as dimensões que caracterizam os trabalhos em Educação Ambiental. O artigo “Modos de conceber, possibilidades de significar: trabalhando com geometria no contexto da inclusão escolar” de Iris Aparecida Custódio, Cidinéia da Costa Luvison e Ana Paula de Freitas da Universidade São Francisco, Itatiba, SP, analisa, na perspectiva histórico-cultural, os modos de elaboração do conhecimento por alunos com deficiência, no interior do Programa Observatório da Educação – OBEDUC, que tem como foco as práticas de letramento matemático escolar e a formação docente. O texto apresenta o estudo com um aluno do 3º ano, diagnosticado com transtorno do espectro autista. O estudo revela que as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos, com ou sem deficiência, estão atreladas às condições oferecidas pelo meio circundante.

O último artigo nacional deste número, intitulado “Professor José Rodeghiero: trajetória docente e envolvimento comunitário” de autoria de Renata Brião de Castro e Patrícia Weiduschadt, da Universidade Federal de Pelotas, RS, apresenta a trajetória de um professor que atuou na Escola Garibaldi, em Pelotas, de 1929 a 1950. Ancoradas na perspectiva metodológica da História Oral e teoricamente no conceito de identidade, fazem reflexões sobre a identidade étnica, uma vez que o grupo circundante ao professor é originário dos imigrantes italianos que se instalaram na localidade no final do século XX. O campo da memória também é abordado no texto. O referido professor além do vínculo com a comunidade escolar era participativo da vida local.

O artigo internacional “Blended Learning: enabling Higher Education Reform” de Kathleen Matheos, da University of Manitoba, Winnipeg, Canada e de Martha Cleveland-Innes, da Athabasca University, Alberta, Canada, discute a pesquisa e a prática da aprendizagem combinada que está inserida em mais de 95% das instituições de ensino superior canadenses. O artigo traz argumentos defendendo a necessidade de a aprendizagem combinada ser crucial para a Reforma do Ensino Superior. As autoras defendem que alinhar os componentes da reforma com os recursos da aprendizagem combinada facilitará tal reforma.

Nos Relatos de Experiências, a REVEDUC conta com dois artigos. O já mencionado que se refere à avaliação, intitulado “A meta-avaliação de disciplina ministrada em pós-graduação *stricto sensu*” de Lilian Maria Ghiuro Passarelli, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, analisa as manifestações avaliativas de mestrandos de uma disciplina eletiva do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Formação de Formadores, fundamentada em modelos e teorias sociointeracionistas e na concepção de avaliação como aprendizagem. O objetivo do artigo foi averiguar se as atividades propostas contribuíram para a ampliação/construção de saberes, tendo como instrumento autoavaliação e avaliação própria da disciplina. O segundo relato

intitulado “Disciplina Profissão Docente em um curso de Pedagogia: trajetórias, experiências e inovações na formação docente” de Adelayde Rodrigues Alcântara de Oliveira, Roseane Maria de Amorim e Laura Cristina Vieira Pizzi, da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, apresenta reflexões sobre a profissão docente e o papel da disciplina nos cursos de formação de futuros docentes. As autoras observam que determinados conhecimentos quando trabalhados de forma significativa, criativa e interdisciplinar, são fundamentais para a formação de pessoas mais comprometidas, politizadas e abertas às novas aprendizagens ao longo da vida.

O ensaio deste número, intitulado “Estudos sociais da infância: discutindo a constituição de um campo a luz de Bourdieu”, de Renata Lopes Costa Prado, da Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, RJ e de Monique Aparecida Voltarelli, da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, dialogam com as contribuições da teoria de Pierre Bourdieu sobre o campo científico a fim de compreender a emergência dos estudos sociais da infância. São enfatizadas rupturas e mudanças paradigmáticas a partir de três importantes campos que, entre outros assuntos, dedicam-se ao estudo das crianças e da infância: a antropologia, a psicologia e a sociologia. Concluem que a teoria dos campos científicos se constitui como terreno fértil para análises sobre o desenvolvimento dos estudos sociais da infância.

Fechando este número da REVEDUC, temos a “A escola como experiência: entrevista com Walter Omar Kohan”, organizada por Ivan Rubens Dário Jr. e Luciana Ferreira da Silva, da Universidade Estadual Paulista, Unesp de Rio Claro, SP. Walter Omar Kohan, professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, concedeu tal entrevista em julho de 2015, quando esteve participando do 3º Simpósio Internacional de Educação. Ele fala sobre sua experiência e tempo na escola, sobre a relação entre infância, tempo e experiências vividas.

Esperamos que os artigos possam fomentar reflexões e debates acerca das temáticas trazidas pelos autores. Convidamos à leitura e divulgação e esperamos novas contribuições para publicação.

Boas leituras!

Cármem Lúcia Brancaglioni Passos
Editora

Comitê Editorial

Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali; Carlos Roberto Massao Hayashi; Cármem Lúcia Brancaglioni Passos; Celso Luis Aparecido Conti; Ilza Zenker Leme Joly; João dos Reis Silva Júnior, Luiz Roberto Gomes.

Editores Chefe

Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali
João dos Reis Silva Júnior

Editora Executiva

Maria de Lourdes Bontempi Pizzi

Diagramação desta edição

SEaD-UFSCar